

Grito de Alerta



Sindicato dos Bancários do Extremo Sul da Bahia

Edição: Dezembro - Ano: 2019



2020 VAI TER MAIS LUTA POR DIREITOS CONTRA O RETROCESSO ULTRA LIBERAL

A política econômica de austeridade radical, o desmonte do SUS, da educação e demais serviços públicos, a privatização das empresas Estatais e os ataques aos direitos trabalhistas e previdenciários comprometem decisivamente as condições de vida da maioria da população, relegando-a ao desemprego, ao subemprego, à informalidade, ao trabalho precário, à pobreza, à miséria e à morte, tornando o Brasil o 2º país mais desigual do mundo. O sentido geral destas iniciativas é nítido: condicionar a promoção dos direitos sociais ao equilíbrio fiscal, destinando cada vez menos recursos para o povo viver melhor e cada vez mais recursos para o capital financeiro lucrar mais. São ataques que atingem todos os setores da classe trabalhadora.

Portanto, o governo Bolsonaro significa a destruição de direitos da classe trabalhadora, do Estado brasileiro e das riquezas do país, bem como um contínuo estreitamento das liberdades democráticas e da garantia dos direitos humanos no Brasil. O SindiBancários repudia e é contra todas essas medidas que vem sendo propostas e aprovadas e mobilizará suas bases para impedir que elas sejam implementadas.

Contamos com você nesta árdua e desafiadora luta, que em 2020 possamos superar esses desafios que enfrentaremos juntos com cabeças erguidas.

*Não precisa
fazer lista de boas intenções
para arquivá-las na gaveta.
Não precisa chorar arrependido
pelas besteiras consumidas
nem parvamente acreditar
que por decreto de esperança
a partir de janeiro
as coisas mudem
e seja tudo claridade...*

*Receita de Ano Novo
- Carlos Drummond de Andrade*

SINDICATO DOS BANCÁRIOS FAZ CONFRATERNIZAÇÃO DE FIM DE ANO E BANCÁRIOS COMPARECEM EM PESO

Centenas de bancárias e bancários participaram, dia 23/11, na Cabana Colher de Pau, Orla Norte, em Porto Seguro - Ba, da Confraternização de Final de Ano do SindiBancarios. A atividade reuniu, ainda, familiares, dirigentes e convidados.

Na abertura do evento, o diretor Coordenador do SindiBancarios, Carlos Eduardo saudou os presentes e lembrou que o evento já é uma tradição para a categoria. Em seguida, manifestou que apesar do ataque do atual governo à direitos históricos dos trabalhadores, o momento ainda é de luta, pois as novas investidas do Governo Bolsonaro, através da MP 905 ataca diretamente os bancários.



MUITOS DESAFIOS

Para Fabiano Matias, diretor do SindiBancarios, "nosso sindicato é respeitado por outras categorias porque é resultado desta construção coletiva, solidário e de classe, não se resume às questões corporativas, indiscutivelmente importantes, mas que vai além na defesa da categoria bancaria, a defesa dos princípios dos direitos da dignidade humana e da soberania Nacional".

A secretaria Geral e diretora do SindiBancarios, Leila Ramos, afirmou "lutaremos incansavelmente pelas conquistas dos direitos para as mulheres e agora estamos lutando mais ainda, frente aos retrocessos que estamos vivendo com a política brasileira", destacou a Leila.

Durante a confraternização foi oferecido um gostoso churrasco, com direito a acarajés, picolés e bebidas. Ao som das Bandas do Dodô e PS Pagode, os presentes se divertiram. Brindes e Prêmios foram sorteados para os bancários e familiares que participaram das brincadeiras promovidas. Até as crianças se divertiram nos brinquedos disponíveis para a turminha.

Para ver todas as fotos, acesse o site: <http://sindibancarios.com.br/>

NOVAS REGULAMENTAÇÕES DO INSS TRATAM BANCÁRIO ADOECIDO COMO FRAUDADOR



Desde que adquiriu LER/DORT e se afastou das funções em 2012, o empregado e técnico bancário da Caixa Econômica Federal, João Marcos Renor de Souza, 56 anos, vem sofrendo com as limitações que esta doença pode causar. As lesões e distúrbios não só causaram sequelas que levará para a vida toda, mas, uma série de complicações de mobilidade em que perdeu parte dos movimentos do lado esquerdo que se encontra adormecido e tem constantes dores pelo corpo.

"Meu problema maior é no manguito rotador, no ombro esquerdo, desfiladeiro torácico e Capsulite adesiva. Tenho LER/DORT e todas as suas patologias: Tendinite, bursite etc.", desabafa o bancário.

Mesmo com esse quadro, o empregado já teve o auxílio-doença três vezes negado pela perícia do INSS, após cinco anos aposentado por invalidez. Atualmente recebe um salário recuperação, devido ao tempo de aposentadoria provisória, porém encerra em janeiro próximo. Contudo, o bancário fez uma cirurgia recente, quando o INSS estendeu o benefício até sua recuperação. Mas, não foi fácil ser reconhecido, devido ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO que a Caixa adotou, quase impediu de fazer a cirurgia e obrigou o trabalhador a retornar as suas funções mesmo sem as devidas condições físicas e cirurgia marcada. Entenda o problema.

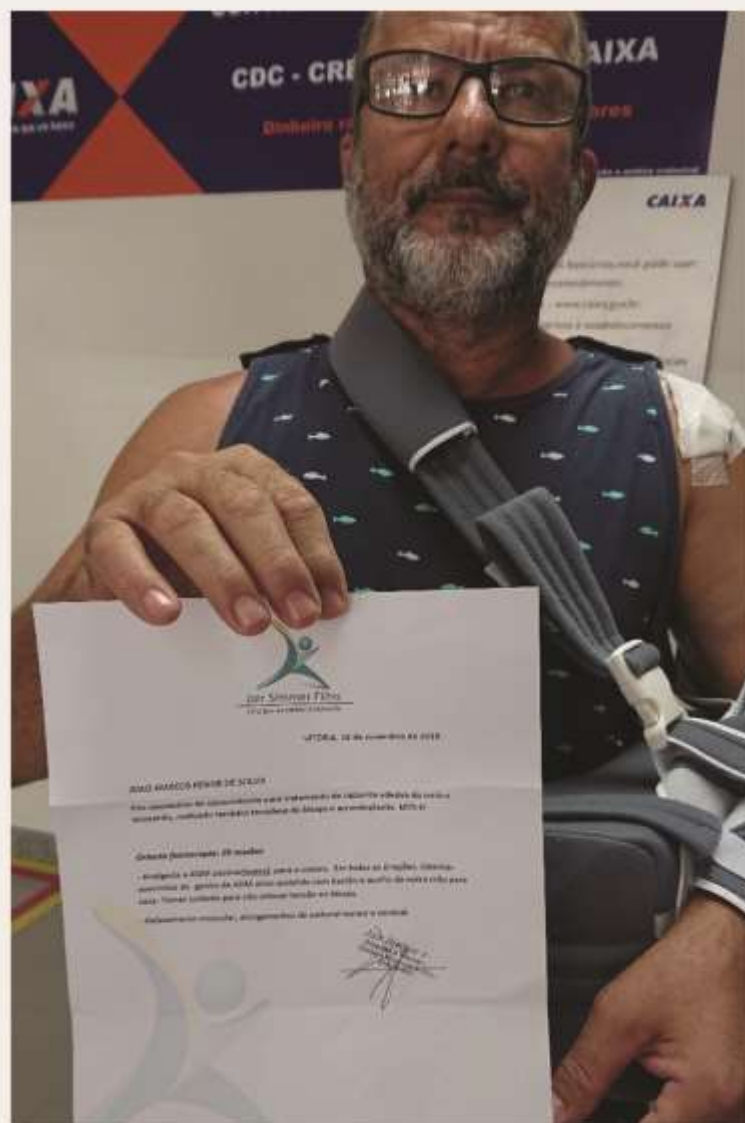
DESRESPEITO E INCOMPETÊNCIA

Após a Caixa encaminhar através de correspondência direcionada ao trabalhador em apresentar a uma Clínica Médica do trabalho em Teixeira de Freitas - Ba - CMT - o médico, Dr. Walter Antunes emitiu o ASO - Atestado de Saúde Ocupacional considerando o técnico bancário INAPTO para exercer suas funções. Mas o bancário ficou surpreendido quando a Caixa reenviou outra correspondência encaminhando para uma outra Clínica que o banco teria um novo contrato, desconsiderando o diagnóstico do médico Walter Antunes.

Conforme relatos do bancário, imediatamente seguiu a Clínica Médica Santa Amélia, localizada em Posto da Mata, em Nova Viçosa, o médico e sócio proprietário da Clínica, Marcelo José T. Pereira CRM 9808 Ba, sem analisar os documentos apresentados pelo trabalhador, entre os quais pedido para afastamento de cirurgia marcada para dez dias, além de laudos médicos e exames específicos já realizados. O médico mesmo assim, não analisou e nem se quer o examinou, considerando apto e retornando ao trabalho imediatamente.

ENTENDA O PCMSO

O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) é previsto pela Norma Regulamentadora 7 (NR 7) e tem teoricamente o objetivo de promoção a preservação da saúde do conjunto dos trabalhadores. Segundo essa NR7, o PCMSO "deverá ter caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, inclusive de natureza subclínica, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores."



O PCMSO É DESVIRTUADO E USADO COMO FONTE DE DEMISSÕES

De acordo com a médica e pesquisadora da Fundacentro, Maria Maeno, o programa tem teoricamente o objetivo de promoção à preservação da saúde do conjunto dos trabalhadores. Mas na prática, “a estrutura montada para a elaboração do PCMSO é contratada pela empresa sem qualquer participação dos trabalhadores, o que caracteriza uma dependência total dos profissionais aos interesses da empresa”, afirma Maeno.

O trabalhador é avaliado periodicamente por médicos que representam a empresa, que passa a ter assim, o perfil de adoecimento dos seus trabalhadores. Essa informação pode ser utilizada para outras finalidades que não as previstas na NR 7.

A médica defende ainda que o SUS deve assumir de fato a garantia de saúde e integridade dos trabalhadores, apesar da política do governo federal em retirar da responsabilidade do Estado e obrigando trabalhadores e empresa assumir os custos deste procedimento.



ATUAÇÃO DO SINDICATO

O dirigente do SindiBancários, Moisés Vital destaca que o Sindicato atende dezenas de casos de bancários que, assim como João Marcos, são considerados aptos ao trabalho por peritos do INSS ou médicos de Clínicas contratadas pelos bancos, mesmo sem condição alguma de reassumirem suas funções na empresa. “O INSS, de uma forma orientada, vem indeferindo esses pedidos. Nesses casos, nós orientamos os bancários encaminhando-os para os CEREST (Centros de Referência em Saúde do Trabalhador), onde eles devem encontrar assistência médica, psicológica e conseguir a CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), que pode ajudar o trabalhador a recorrer da decisão do órgão; ou prestando assessoria jurídica para que busquem seus direitos na Justiça.”

Moisés ressalta também que os bancários não devem se isolar e devem sempre denunciar abusos ao Sindicato.

COMO RESPONDER

Para responder, é só acessar o link: lime.dieese.org.br/index.php/691332?newtest=Y&lang=pt-BR.

Além da identificação da base (município ou nome do Sindicato), o trabalhador deve selecionar o banco e responder a 10 questões. A intenção é avaliar a qualidade do atendimento e os demais fatores que implicam no serviço. Tudo de forma anônima. O questionário fica disponível até o dia 20 de dezembro.

“É fundamental que todos os bancários participem da consulta! Após coletadas as informações, os relatórios serão objeto de estudo pelo Comando Nacional dos Bancários e Coletivo Nacional de Saúde”, destaca Leila Ramos, secretária geral do Sindicato.

SINDICATO DISPONIBILIZA CONSULTA SOBRE A QUALIDADE DO PCMSO

O objetivo é avaliar os diagnósticos dos serviços médicos dos bancos.

Diante das inúmeras queixas dos bancários quanto à qualidade do serviço prestado pelos bancos nos procedimentos do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), o Comando Nacional dos Bancários e o Coletivo Nacional de Saúde elaboraram um questionário eletrônico de consulta com toda a categoria. O objetivo é realizar um diagnóstico dos serviços médicos realizados nos bancos.

HISTÓRICO

A proposta de consulta surgiu após o movimento sindical receber relatos de atendimento realizado de forma superficial e fora dos padrões exigidos pelas normas de saúde e protocolos médicos. Para o secretário de Saúde do Trabalhador da Contraf-CUT, Mauro Salles, é importante que todos participem.

“Pedimos a colaboração de todos para que tenhamos ampla participação na consulta para termos um diagnóstico dos serviços médicos dos bancos, pois o nível de adoecimento é preocupante e precisamos de uma efetiva prevenção”, afirma Salles.

GOVERNO ATACA TRABALHADOR COM DEFICIÊNCIA

MAIS UMA VEZ, PROJETO DO GOVERNO BENEFICIA EMPRESÁRIOS E PREJUDICA TRABALHADORES.

O governo Bolsonaro desfere mais um ataque contra os trabalhadores em benefícios aos empresários. Desta vez, são as pessoas com deficiência (PCDs) quem sofrem as consequências da eleição de um governo sem o menor compromisso com a classe trabalhadora.

O Projeto de Lei (PL) 6.159/2019 do governo praticamente acaba com a política de cotas para PCDs ou reabilitadas ao permitir que as empresas substituam a contratação pelo pagamento de um valor correspondente a dois salários mínimos mensais. Os recursos serão destinados a uma conta da União, que abastecerá o “programa de reabilitação física e profissional”.

“Pessoas com deficiência são excluídas do mercado de trabalho, mesmo com a obrigação de as empresas cumprirem uma cota de empregados em seu quadro funcional. Com esse projeto a exclusão vai aumentar ainda mais”, criticou a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira.

Para ela, a defesa feita pelo Ministério da Economia de que não existem PCDs suficiente para serem contratados não se sustenta. “A Caixa (Econômica Federal), por exemplo, não cumpre a cota. Por isso, foi condenada recentemente a contratar PCDs que haviam passado no concurso e não tinham sido convocadas para trabalhar”, lembrou Juvandia. “Ou seja, existe demanda por vagas para PCDs sim, mas as empresas se recusam a cumprir a lei. Agora, o governo está legalizando a exclusão”, completou.

Dados da Unesco apontam que existem 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência no Brasil, o que representa quase 24% da população brasileira.



DESCONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA

Em entrevista concedida à Folha de São Paulo, a vice-presidente Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosos da (Ampid), a subprocuradora-geral do trabalho Maria Aparecida Gurgel, disse que o projeto do governo “desconfigura toda a ação afirmativa que é a reserva de cargos para pessoas com deficiência”.

O projeto não altera as porcentagens de PCDs a serem contratadas pelas empresas, que varia de acordo com o número total de funcionários, mas além da compensação pelo não cumprimento da cota, a contratação de pessoas com deficiência considerada grave poderá ser contada em dobro. Outro benefício para o empresariado é a possibilidade de “empréstimo” da cota de outras empresas.

Em abril, o governo já havia desferido um ataque às PCDs ao extinguir o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), que acompanhava e avaliava o desenvolvimento da política nacional para inclusão de PCDs e das demais políticas de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, entre outras, voltadas a esse grupo social.

CRÍTICAS AO PROJETO

Em “Manifestação sobre o Projeto de Lei 6159/2019”, o Ministério Público do Trabalho (MPT) afirma que as alterações propostas pelo PL “afrontam as obrigações assumidas pelo Brasil ao ratificar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, são inconstitucionais porque desrespeitam os princípios dessa mesma

Convenção, que tem status de norma constitucional e ainda atentam contra a proteção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, cuja garantia cabe ao Estado, enquanto promotor de políticas públicas de trabalho e emprego”.

QUEM AVISA AMIGO É

Ainda durante a campanha eleitoral, o então candidato à presidência, Jair Bolsonaro, foi denunciado por votar contra os PCDs quando era deputado federal. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) chegou a proibir a veiculação de propaganda eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) que fazia tal denúncia.

CUT BAHIA ASSUME PROTAGONISMO AO TER PRIMEIRA MULHER NA SUA PRESIDÊNCIA



Fonte: Divulgação SindBancários

pela primeira vez a CUT - Central Única dos Trabalhadores na Bahia será dirigida por uma mulher, Maria Madalena Oliveira Firmo, a Leninha, eleita para presidir a Central nos próximos quatro anos, durante o XV Congresso Estadual (Cecut). Representante do campo, Leninha ainda terá ao seu lado outra mulher, a companheira Cristina Brito, dirigente do Sindicato dos Eletricitários, eleita para a Secretaria Geral.

Dela participaram 241 delegados (as) que escolheram os 36 novos (as) dirigentes da CUT Bahia para a gestão 2019/2023. Leninha é agricultora familiar e também vereadora de Valente, município da região sisaleira da Bahia.

O nosso Sindicato foi representado no Congresso pelos diretores João Climario Lacerda Vargens, Carlos Eduardo Oliveira Coimbra e Leila Ramos. João Climario foi eleito diretor estadual e representará o SindBancários e o Extremo sul da Bahia nesta nova composição da CUT Bahia.

COMANDO NACIONAL DOS BANCÁRIOS



Após mais um dia de negociação com os banqueiros, o Comando Nacional dos Bancários conquistou a assinatura do acordo aditivo nesta terça-feira 10, garantindo a neutralização dos efeitos da MP 905 do governo Bolsonaro na categoria bancária.

Desta forma, os trabalhadores não precisarão trabalhar aos sábados, domingos e feriados, mantendo a jornada de trabalho nos modelos atuais. Além disso, também ficou garantido que a PLR continuará sendo negociada pelo movimento sindical, e não individualmente, como queriam o governo e os patrões.

"Foram duras as negociações para chegarmos a um

consenso. Seria ilegítimo fazer alterações nos direitos dos bancários, uma vez que já há uma CCT em vigor, que foi negociada e assinada por todos os Sindicatos", avalia a secretária geral do Sindicato, Leila Ramos.

"A MP 905 prejudica não só os bancários. Foi adotada sem discussão com nenhuma participação dos trabalhadores e visa atender ao interesse do mercado, ampliando facilidades, flexibilizando direitos e assegurando melhor condição de lucratividade, com o falso argumento de acelerar a economia. Os trabalhadores não podem ter seus direitos atacados dessa forma, e por isso é tão importante a organização da categoria e a mobilização constante para encarar todo tipo de retrocesso", completa a dirigente.

PL 6159/19 - ENTENDA PORQUE NÓS SOMOS CONTRA

Como é hoje:

Lutamos para que nenhum direito seja criado sem a participação das pessoas com deficiência:

Como ficaria:

A pessoa com deficiência perde a possibilidade de escolha e participação e fica refém de regras impostas pelo governo.

Como é hoje:

Empresas a partir de 100 funcionários contratam pessoas com deficiência por meio de COTA

Como ficaria:

Empresas poderão cumprir a lei comprando a cada cota excedente de outras empresas sem contratar ninguém.

Como é hoje:

Pessoas com deficiência têm oportunidade de trabalhar por uma cota legal (política de ação afirmativa contra o preconceito)

Como ficaria:

Empresas poderão pagar para **não** contratar pessoas com deficiência
A PL 6159/19 incentiva a discriminação

Como é hoje:

Movimento de defesa de direitos atua para estimular o empoderamento da pessoa com deficiência e combater o preconceito

Como ficaria:

Pessoas com deficiência serão tratadas como profissional de menor valor o que estimula a discriminação e a visão de incapacidade

Como é hoje:

Pessoas com deficiência, independente do tipo ou grau de comprometimento são tratadas da mesma maneira pela lei

Como ficaria:

Pessoas com deficiência grave serão tratadas como profissionais de **menor valor** e equivalerão a duas contratações para cumprimento da cota

NÓS SOMOS CONTRA

#NãoAoPL6159